

# O AMAZONAS E OS DESAFIOS DE UMA REGIÃO COMPLEXA

Prof. Marconde Noronha

O Estado do Amazonas está inserido no coração do maior patrimônio de florestas e rios do mundo - a Amazônia - que se constituiu em esperança para grande parcela da humanidade, por suas extraordinárias potencialidades naturais, ao mesmo tempo em que cresceram no cenário mundial, nas últimas décadas, as preocupações com a rápida deterioração das condições ambientais em escala planetária, com resultados impactantes nesta região, que representa um dos últimos vestígios selvagens do globo.

Um dos focos de inquietação é exatamente o padrão de desenvolvimento em curso na Amazônia. Catalisada pelo simpósio das Nações Unidas que veio a ser conhecido como Rio 92, em que se acatou uma agenda positiva de atividades orientadas para a preservação e conservação ambiental da região, com o financiamento de países mais desenvolvidos e instituições internacionais. Embora ainda tímidos em termos dos desafios existentes, esses esforços assinalam para a necessidade de se incluir explicitamente a dimensão da sustentabilidade ambiental nos programas e projetos de desenvolvimento regional de qualquer natureza.

A ação antrópica ainda não conseguiu tirar da região a condição de maior densidade florestal do mundo. Essa vasta extensão do território nacional mantém, apesar da exploração desenfreada de seus recursos naturais, uma grande diversidade de ecossistemas e a maior reserva de biodiversidade do mundo.

Suas bacias hidrográficas representam as vias de transporte mais econômicas e, ao mesmo tempo, promovem a integração entre localidades desprovidas de outros meios de interligação. O rio Amazonas e seus caudatários tem sido o caminho para a ocupação e vivência, feitas ao longo dos últimos quatro séculos, com alternâncias de euforia e desânimo, de bonança e de pobreza, mas de eterna aprendizagem com a natureza.

Entretanto, além de suas grandezas e gigantismo, encontram-se, por outro lado, o isolamento e a pobreza, que se tornam presa fácil dos contraventores que agem à sombra da floresta, semeando a cada ano na região, novas situações desafiadoras que precisam de solução imediata.

Particularmente no Estado do Amazonas, não obstante aos esforços dos governos, o desenvolvimento econômico nos últimos anos, tem se traduzido em ganhos sociais diminutos para a maioria da população, em especial, aquela que vive em comunidades isoladas. Mesmo nos principais centros urbanos que contam com

razoáveis equipamentos e serviços sociais básicos, estes ainda são insuficientes para atender às demandas locais e regional.

A pequena melhoria na qualidade de vida da população foi confirmada pelo Índice de Desenvolvimento Humano relativo à Região Norte, que no ano de 1996 atingiu 0,727, ficando abaixo da média nacional, calculada em 0,830. Especificamente no Amazonas o IDH ficou em 0,775. Ainda que estes índices representem avanços quando comparados ao ano de 1991 (0,676 para a Região Norte e 0,787 para o Brasil), nas questões relativas ao acesso à educação, poder de compra e qualidade de vida, os estados do Norte do País ainda ocupam uma posição muito desfavorável.

A grande maioria das áreas interiores é desprovida de infra-estrutura física e social, impossibilitando a promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, problema agravado pela dispersão da população. Esses fatores dificultam os investimentos públicos de modo mais uniforme e menos pontual como vem se processando.

Assim, embora detenha grandes potencialidades naturais, o Estado carece de empreendimentos econômicos capazes de aumentar a produção regional, a fim de garantir o incremento de um sistema sustentável, que promova a geração de um maior volume de renda e de número de empregos, pois, de um modo geral, o regime tradicional de ocupação está agonizando, quer pelas limitações impostas ao extrativismo, quer pelo alto custo da atividade agrícola convencional, que necessita de técnicas de manejo e correção dos solos, além de uma política de fomento e crédito ao pequeno e médio produtor, numa velocidade acima da que tem sido proporcionada pelo Estado.

A implantação de um modelo de ocupação mais efetivo vem enfrentando sérios problemas, cuja superação demanda tempo, determinação e recursos, dada à existência dos seguintes fatores condicionantes:

- Grandes distâncias e pouca expressão de produção, na medida em que não vem se estabelecendo uma cadeia produtiva propriamente dita, pela falta de intercâmbio sócio-econômico entre os locais de produção e os locais de consumo, o que, por seu turno, inibe a existência de elos consistentes de interesses que permitam promover as bases da sustentabilidade.
- Ampliação dessas distâncias, devido à inexistência de modernos sistemas de comunicação, impedindo a chegada de informações sobre temas gerais de interesse da população regional.
- Pequena densidade demográfica e distribuição irregular, face à dispersão ao longo das margens dos rios principais e seus tributários e dos igarapés e

distância da incipiente infra-estrutura portuária existentes. São esses trechos economicamente inviáveis, que encarecem as tarifas de cargas e passageiros, ao longo das vias navegáveis. Além disso, as embarcações não são dotadas de instalações adequadas para o transporte da população e ao acondicionamento e conservação para transporte dos produtos regionais.

Considere-se ainda que:

- De cada dez habitantes do Amazonas, cinco vivem na capital e de cada R\$10,00 gerados na economia R\$ 9,80 saem de Manaus.
- O Estado do Amazonas detém a maior população indígena do Brasil.
- Aproximadamente 35% do seu território são terras indígenas ou estão protegidas por unidades de conservação, criadas pelos Governos Federal e Estadual e ainda por alguns Municípios;
- A extensão da linha de fronteira adjacente ao Estado do Amazonas com o Peru, a Colômbia e a Venezuela é de 3.611 km, o que nos leva a concluir que o Amazonas possui uma posição relevante para o desenvolvimento e integridade do território brasileiro, tanto pelos limites nacionais, quanto por suas fronteiras internacionais, que representam 15,6% do total nacional;
- A região possui 1/5 de toda a água potável do planeta e o mundo vai reclamar os direitos humanitários (ou militares) sobre esta água, quando os outros mananciais da Terra estiverem secos ou poluídos;

A estas condições, adiciona-se o enfraquecimento dos mecanismos regionais de desenvolvimento que poderiam, de maneira progressiva e sistemática, incorporar tais preocupações às políticas implementadas, em particular, por meio da inclusão de um maior número de protagonistas locais. Vale lembrar, a este propósito, que a predominância de políticas setoriais sobre as de base geográfica, como vem acontecendo, normalmente acarretam o risco de se tratar igualmente situações profundamente desiguais.

Com base nesses fatores condicionantes e nas diversas potencialidades regionais, é plausível postular que esse cenário só poderá ser superado por meio da efetiva integração das intervenções pautadas na ótica do desenvolvimento sustentado, que conta hoje com a aliança do conhecimento em ciência & tecnologia e de experiências bem sucedidas nessas áreas, tornando factível estabelecer estratégias coerentes que visem à superação das atuais demandas existentes na região.

O empreendimento chave consistirá no investimento em infra-estruturas devidamente direcionadas à exploração sustentável das peculiaridades e vocações

naturais – que deverá contar para isso, com ações integradas das diversas agências governamentais e não-governamentais. Esses investimentos, devidamente orientados e dimensionados, virão ao encontro do que falta para a população viabilizar a produtividade das terras férteis, que dispõe do sol e da chuva, da natureza diversificada e dos rios e lagos navegáveis e piscosos da região.

Portanto, o desenvolvimento sustentável do Estado, ao ser embasado na reorientação do conceito de desenvolvimento econômico, ***terá na valorização do homem - na sua educação e reeducação - o suporte básico para o uso sustentável e lucrativo do potencial do seu habitat natural.***

Quanto mais as pessoas tiverem acesso ao conhecimento, mais terão condições de participar ativamente na definição de prioridades na sociedade em que vivem. Por exemplo, os cidadãos organizados que conhecem o município onde moram, podem, entre outras ações: interferir na distribuição das verbas públicas, definindo quais serão as obras prioritárias; fazer pressão contra as obras de impacto ambiental, urbanístico ou social negativo; valorizar as ações coletivas voltadas à melhoria da qualidade de vida.

Os governos têm procurado corresponder à concentração de atenções mundiais sobre a região, conscientizando-se da sua vocação sob a ótica do desenvolvimento sustentável e consolidando, também neste aspecto, sua tradicional política de cooperação técnica, na busca do fortalecimento do intercâmbio e da solidariedade entre as unidades políticas, para a promoção e defesa dos interesses comuns.

O grande desafio, neste sentido, é o de compatibilizar estes objetivos com os demais interesses nacionais e regionais, a exemplo da luta contra a pobreza e as desigualdades regionais e sociais existentes e, até mesmo, com as obrigações constitucionais de integração e de segurança territorial. É essencial evoluir para uma estratégia de desenvolvimento sustentável, dentro de um enfoque abrangente que inclua não só os aspectos ambientais mas também os econômicos e sociais, sem o que não será possível implementá-la em um contexto democrático e de justiça social.

Para tanto, é necessário estender às comunidades locais os recursos essenciais básicos, tais como: educação, saúde, saneamento, habitação, produção de alimentos e exploração racional das potencialidades da terra, da fauna e da flora a fim de ascender a níveis de renda que lhe permita dispor de bens de produção e de conforto.